ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

REALIZADO A 30 DE MAIO DE 2019

ATA N.º 2

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas dez horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços de Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião ordinária. ----------

Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: ----------

José Gabriel do Álamo Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; ----------

Tibério Manuel Faria Dinis - Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória; --------

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros - Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo; ----------

Paulo Manuel Ávila Messias - Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória; -

João Luís Sanchez dos Santos - representante da A.M. de Angra do Heroísmo; ----------

Tânia Gil da Rocha Lemos - representante da A.M. de Angra do Heroísmo; ----------

Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa - representante da A.M. de Angra do Heroísmo; ----------

Elmano Manuel Vieira Nunes - representante da A.M. da Praia da Vitória; ----------

Valter Manuel Linhares Peres - representante da A.M. da Praia da Vitória; ----------

Paulo Manuel Martins Luís - representante da A.M. da Praia da Vitória; ----------

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - representante da A.M. da Praia da Vitória; ----------

Nuno Miguel Aguiar Meneses - Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha; -------

Rodrigo Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues - representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo; ----------

José Manuel Ferreira Pimentel Dias - representante dos Sindicatos – UGT; ----------

António Pedro Inocêncio - representante dos sindicatos – CGTP – União Sindicatos AH; ----------

José António Sozinho Azevedo - representante das associações agrícolas - AAIT; ---------

Paulo Barcelos - representante das Associações Não Governamentais Ligadas à Área do Ambiente - Montanheiros.----------

Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho - representante da Universidade dos Açores – Pró-Reitor;----------

Presença dos seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:-----

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira - deputada do PS;----------

Luís Miguel Forjaz Rendeiro - deputado do PSD;----------

Paulo José Maio Sousa Mendes - deputado do BE;----------

Ausências justificadas:----------

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas - representante da A.M. de Angra do Heroísmo;----------

Emanuel Garcia - Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;----------

Rómulo Ficher Correia - Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;----------

Miguel Sousa – representante do Governo Regional;----------

João Manuel Baptista Canedo Reis Canedo - representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social - URIPSA;----------

Raquel Gomes Caetano Ferreira - representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género – Vereadora CMAH;----------

António Gonçalves Toste Parreira - deputado do PS;----------

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral - deputado do PS;----------

Domingos Manuel Cunha - deputado do PS;----------

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto - deputada do PS;----------

Mónia Gomes de Oliveira Rocha - deputada do PS;----------

Artur Lima, deputado do CDS-PP;----------

Alonso Miguel - deputado do CDS-PP;----------

Ausências não justificadas:----------

Diana da Rocha Barcelos - representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;----------

Paulo Rocha – representante das associações agrícolas – Núcleo de Criadores de Raças de Carnes;----------

Paulo Rogério Pereira de Melo - representante das Associações do Setor das Pescas – Associação Terceirense de Armadores;----------

Mónica Reis Simões Seidi - deputada do PSD;----------

César Leandro Costa Toste - deputado do PSD;----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, iniciou os trabalhos apresentando duas notas prévias: ----------

1ª – Devido a problemas na transferência do ficheiro, entre Angra e Praia, não tinham a ata da última sessão do Conselho de Ilha para aprovação. ----------

2ª – Informou que, consultada a Mesa e alguns conselheiros, se tinha verificado que não havia nenhum tema a agendar para a presente reunião. No entanto, como fazia parte dos estatutos, tinham convocado a mesma com um ponto único, isto é, assuntos diversos, que seriam colocados conforme a pretensão de cada um. ----------

O Conselheiro Pimentel Dias interveio para questionar o porquê das reuniões daquele órgão não se realizarem alternadamente entre os dois concelhos, como estava previsto. De seguida, informou que gostava de ver indicado, junto ao seu nome, qual o movimento sindical que estava a representar.----------

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, respondeu que o mesmo se devia à indisponibilidade de sala no concelho da Praia da Vitória e que, relativamente à segunda questão, ia dar nota do mesmo aos respetivos serviços.----------

O Conselheiro Rodrigo Rodrigues usou da palavra e disse que, relativamente ao assunto a tratar pela Comissão eleita na última sessão do Conselho de Ilha - Cargas Marítimas – preços praticados no Porto da Praia da Vitória, tinham conseguido apurar algumas informações. Posto isso, disse que em relação às taxas aplicadas pela Portos dos Açores, tinham chegado à conclusão que não só o Porto da Praia não era mais caro que o de Ponta Delgada, como era mais barato, porque ao abrigo do PREIT tinha havido uma baixa da taxa TUP Carga. Relativamente à taxa BAF, disse que esta era cobrada pelos armadores para cobrir o combustível, sendo que esta excedia o valor

que o armador gastaria em combustível na totalidade da viagem e era transversal a todas as ilhas. Em relação à estiva, disse que tinham percebido que não tinham falta de competitividade provocada pelos preços desta. Posto isso, disse que ou o Porto da Praia era competitivo por via do decreto que permitia uma redução de cinquenta por cento na taxa TUB Carga, ou não estava a aproveitar aquela baixa dos preços. ----------

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que lhe parecia evidente que tudo o envolvia a aplicação de taxas ou tarifas portuárias nos portos da Região, estava feito para não ser transparente e, consequentemente, de difícil análise, como se tinha verificado. Acrescentou que, lhe parecia cada vez mais evidente que a não alavancagem do desenvolvimento do Porto da Praia tinha uma componente que tinha que ver com um fenómeno de eventual cartelização de operadores, porque não queriam deslocar a sua operação, e de um Governo Regional que não queria que nada se mexesse nos transportes marítimos. Posto isso, relembrou que o PS tinha chumbada a proposta apresentada pelo CDS, na Assembleia Regional, para se estudar um modelo alternativo para se aferir a existência de modelos mais vantajosos para o transporte de mercadorias na Região. Informou que os deputados não tinham conhecimento das alterações das taxas e das majorações, pois estas não passavam pelo Parlamento porque eram definidas por portaria do Governo. De seguida, disse que queria fazer duas críticas: ----------

1ª - Pelo facto de não haver agenda, e sugeriu que, previamente à marcação do Conselho de Ilha ordinário, houvesse a possibilidade dos conselheiros introduzirem alguns temas para discussão;----------

2ª – Parecia-lhe absurdo que se assumisse que não havendo assuntos e havendo a obrigatoriedade de realização de reunião, se colocasse o ponto "Assuntos diversos", pois se fossem a colocar na agenda todas as preocupações da ilha, até teriam uma agenda bem extensa e deu exemplos de alguns temas. ----------

O Conselheiro José António Azevedo interveio e disse que, relativamente ao Porto da Praia da Vitória, ainda não tinham tido tempo de reunir para tentar perceber todos os valores que eram aportados à fatura, mas uma coisa tinham percebido, ou seja, que a fatura final ao cliente nunca tinha sofrido uma, devida, baixa. ----------

O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra para solicitar nova explicação sobre a questão da taxa dos combustíveis.----------

O Conselheiro Rodrigo Rodrigues respondeu que a taxa dos combustíveis, denominada BAF, era uma taxa cobrada pelos armadores, que variava conforme a oscilação dos combustíveis ao longo do ano e fazia parte das receitas destes. ----------

O Conselheiro Paulo Luís informou que BAF significava Bunker Adjustment Factor e era a sobretaxa aplicada para corrigir as flutuações do preço do combustível. ----------

O Conselheiro Álamo Meneses interveio e disse que, falando em taxas, havia umas aplicadas por entidades oficiais e havia outra coisa que, apesar de se chamar taxa, eram preços aplicados por quem prestava o serviço. Posto isso, disse que o BAF não era uma taxa dos Estado, era um preço aplicado pelo armador e que nem se devia chamar taxa. Acrescentou que, o grande peso do preço estava do lado do armador e não do lado do Porto, pois se reparassem, mesmo as taxas do Porto eram cêntimos por tonelada, daí a redução de cinquenta por cento na taxa em causa ter um efeito marginal no preço final ao consumidor do serviço de transporte. Disse, ainda, que o problema estava no modelo de transportes e, particularmente, na liberdade que era deixada ao armador de introduzir fatores e mais fatores.----------

O Conselheiro Rodrigo Rodrigues relembrou que já havia dito que achava que o BAF não se devia chamar taxa, pois só quem podia cobrar taxas era o Estado. De seguida, disse que o Deputado Luís Rendeiro tinha razão quando dizia que era uma portaria, ou seja, era a Portaria 62/2018, de quinze de junho e mostrou o seu espanto pelo facto dos deputados da Assembleia Regional não terem conhecimento das portarias. ----------

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que tinham os armadores, que estavam à vontade no mercado para fazerem o que bem entendiam; tinham uma tutela que devia fiscalizar, supervisionar e definir o modelo de transportes marítimos da Região e que achava que estava tudo muito bem; tinham um Porto da Praia que não se desenvolvia e um Conselho de Ilha da Terceira que não se sabia se queria, ou não, fazer barulho, tendo questionado se iam, ou não, se pronunciar sobre o assunto. Em relação ao Porto da Praia, mencionou que tinham dois fatores a abordar, um era se existia, ou não, razão para desconfiar do modo como os armadores operavam e tratavam as questões do Porto da Praia e outro era se existia, ou não, razão para estarem descontentes e exigirem mais do Governo Regional, em relação à forma como tratava o modelo de transportes da Região. Concluiu informando que achava que havia razões para tal, mas que era importante ouvir a opinião dos restantes conselheiros.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, relembrou que tinham nomeado um grupo de trabalho para estudar aquela situação e, como estes já haviam dito, o trabalho não estava concluído. De seguida, questionou o Conselheiro Luís Costa se aceitava fazer parte do referido grupo, uma vez que estava naquele Conselho a substituir o Conselheiro Luís Brasil, que era um dos nomeados para o mesmo. ----------

O Conselheiro Paulo Luís ofereceu-se para fazer parte do grupo em causa. ----------

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, concluiu que, o Conselheiro Paulo Luís passava a fazer parte do grupo. Relativamente ao facto de não haver temas na ordem de trabalhos, informou que a Mesa tinha conversado entre si e não havia nenhum tema a apresentar, mas mesmo havendo temas, fazia sempre parte da ordem de trabalhos o ponto "Assuntos Diversos", para o caso dos conselheiros pretenderem apresentar alguma coisa, ou seja, nunca nenhum conselheiro ficava por apresentar o que quer que fosse. Informou, ainda, que era habitual aparecerem diplomas do Governo para dar parecer e apenas tinham recebido um para o fazer em abril, mas como só iam reunir em maio, não tinha sido possível dar o mesmo. ----------

O Conselheiro João Santos interveio para questionar se já não havia a possibilidade de se marcarem reuniões extraordinárias do Conselho de Ilha. ----------

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, respondeu que, tanto quanto sabia, não era possível.----------

O Conselheiro João Santos usou da palavra e disse que, gostava de ver aquela situação esclarecida. ----------

O Deputado Luís Rendeiro relembrou, em relação às reuniões extraordinárias do Conselho de Ilha, que tinha havido uma polémica por causa do pagamento de senhas de presença nessas reuniões, pois o Governo Regional entendia que não havia lugar ao seu pagamento e como este tinha passado a ser obrigatório, era mais difícil a realização dessas reuniões, para não se ter que pagar. Disse achar que, sempre que necessário deveriam se reunir extraordinariamente e que a não realização dessas reuniões não fosse pelo pagamento das senhas de presença. ----------

O Conselheiro Pimentel Dias interveio e disse que, enquanto o Conselheiro Álamo Meneses tinha sido presidente do Conselho de Ilha, as reuniões extraordinárias sempre, quando necessário, se tinham realizado, sendo que, para além disso, estava no Regime Jurídico do Conselho de Ilha essa possibilidade. Acrescentou que, se essa

reunião não tinha sido feita, devê-lo-ia ter sido e questionou qual o diploma que tinham recebido para análise e parecer.----------

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, respondeu que, como não o tinha consigo, não se recordava o nome, mas podia fazer chegar essa informação. ----------

O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra e disse que não devia ser uma coisa tão difícil que de abril até à presente data, não se lembrasse o nome. Acrescentou que, quem tinha que decidir se se dava parecer, ou não, era o Conselho de Ilha e não a Mesa.- ----------

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, informou que ficava a nota.----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Assuntos diversos.----------

O Conselheiro Rodrigo Rodrigues interveio e disse que, tinham um modelo de transporte que tinha obrigações de serviço público, não pagas pelo Orçamento Regional e aquele era o princípio do problema, isto é, tinham de o compensar de alguma maneira. Informou que, a Câmara do Comércio entendia que o Conselho de Ilha era um órgão das forças vivas da ilha, que tinha como objetivo aconselhar a governação para aquilo que estas entendiam como sendo importante para a ilha, mas da forma como estes estavam estruturados, não era isso que acontecia, pois eram as mesmas pessoas que estavam envolvidas na governação, aos vários níveis, que também faziam parte do Conselho de Ilha e até tinham um peso relativo pesado, o que significava que, no fundo, subentendiam que as pessoas que estavam próximas da governação não queriam ser aconselhadas pelas forças vivas, queriam aconselhar-se a si próprias, pelo que, aquele modelo não funcionava. Concluiu dizendo que, cabia a todos os membros do Conselho de Ilha, caso não concordassem com aquele modelo, dizê-lo e tentar alterá-lo. ----------

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse concordar que o uso da palavra, dos deputados nos Conselhos de Ilha, deveria ser assinado, por baixo, com um voto, porque achava ser de uma incoerência absoluta haver uma posição no Conselho de Ilha e um voto antagónico na Assembleia Regional, que era onde as coisas se decidiam. Relativamente às intervenções frequentes e até por vezes demoradas e excessivas,

disse que daquilo se penitenciava, mas também se orgulhava de preparar os trabalhos para o Conselho de Ilha e que isso deveria ser feito por todos, até para se evitarem discussões desnecessárias e causadas, muitas das vezes, por desconhecimento da matéria. Em relação a pontos para a agenda, disse julgar ser incontornável falar-se da situação e dos números do turismo da ilha Terceira, que estavam em queda, fase aos números do ano anterior e em contraciclo com o resto da Região e, sobretudo, com quem se deviam comparar, que eram os mercados que estavam a crescer e que estavam a crescer dentro da própria Região. Como segundo ponto, referiu as infraestruturas portuárias marítimas, onde se englobava a questão logística do Porto da Praia e a questão do Porto das Pipas. Como terceiro tema, disse que era fazerem um ponto de situação e uma avaliação objetiva do caderno de encargos que o Conselho de Ilha tinha apresentado ao Governo Regional na reunião com este e que, aparentemente, na versão do Governo estava tudo bem, a ser feito e resolvido, sendo que, na prática, não estava.----------

O Conselheiro Álamo Meneses interveio e disse que, em relação à composição do Conselho de Ilha, a proposta de alteração que já tinha surgido e que tinha sido rejeitada, excluía, por completo, um conjunto importante, incluindo as autarquias, da presença no mesmo, o que, no seu ponto de vista, era incorreto. Acrescentou que, uma coisa diferente era repensarem o Conselho dentro de uma situação que, de alguma maneira, conciliasse os diversos interesses em presença. Relativamente aos transportes marítimos, disse ser óbvio que tinham que esperar pela conclusão do estudo, mas já havia algo que começava a ser claríssimo, isto é, que a questão não tinha que ver com o Porto, com as tarifas aplicadas neste, mas sim, essencialmente, com a formação de preços e com a maneira como o processo funcionava, pelo que, achava que o estudo a ser apresentado, tinha que se focar, principalmente, sobre isso e fazer uma clara destrinça entre o que eram taxas/preços com origem na parte pública e aquilo que eram as opções comerciais dos operadores. Acrescentou que, a competitividade do Porto também passava pelas rotas que, na sua opinião, ainda era mais importante do que os preços. Relativamente a temas para a agenda, disse que queria apontar a questão da energia e informou que, na sequência de uma comunicação da Sra. Diretora Regional da Energia, havia ficado decidido que se ia instalar um sistema de baterias na ilha Terceira, o que vinha permitir o integral

aproveitamento da produção energética durante a noite. Relativamente ao Porto das Pipas, informou que, daquilo que tinha conhecimento, o projeto tinha sido feito, revisto e, naquele momento, estavam em vésperas do lançamento do concurso.---------

O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra e disse que, a UGT Açores, a Câmara do Comércio dos Açores e a Federação Agrícola tinham-se empenhado na modificação do Regime Jurídico do Conselho de Ilha e, na opinião destes, o referido Regime deveria ser alterado, porque aqueles que estavam dentro do Conselho de Ilha que representavam partidos políticos eram os mesmos que, a nível de poder político regional – Assembleia Legislativa Regional, iam ser o objeto do parecer que era dado em cada um dos Conselhos de Ilha. Acrescentou que, na opinião da UGT Açores, os deputados, de cada um dos partidos políticos na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, só deveriam ir aos Conselhos de Ilha quando convidados, pois dez deputados no Conselho de Ilha, eram dez votos na Assembleia Legislativa Regional, sendo que as forças vivas da ilha é que deveriam opinar e aconselhar, quer o Governo Regional, quer a Assembleia Legislativa Regional, o que não estava a acontecer. Disse, ainda, que o que verificavam era que os partidos políticos, ali representados, falavam mais de cinquenta por cento do tempo, enquanto os outros conselheiros ficavam, praticamente, calados, pelo que tinha que haver a referida alteração. ----------

O Conselheiro João Santos interveio e disse que, relativamente às questões do turismo, informou que não se ia pronunciar, em nenhum fórum onde tivesse assento, sobre esse assunto, pelo menos enquanto pensasse da forma como pensava, porque não tinha uma posição muito alinhada e, sendo assim, dizia-lhe a prudência que se abstivesse de comentários. Posto isso, disse que queria apenas deixar uma pequena nota, isto é, aquilo que cada um defendesse naquele dia, não assobiasse para o lado no futuro. ----------

O Conselheiro Pedro Pinto usou da palavra e disse que, o CDS já tinha tido várias iniciativas, na Assembleia Legislativa, sobre a questão do modelo de transportes, já tinham denunciado, várias vezes, a circunstância de a carga fazer cruzeiro pelo arquipélago e haver operadores económicos, nas mais diversas ilhas, a sentirem-se prejudicados e a queixarem-se disso mesmo. ----------

O Deputado Paulo Mendes interveio e disse que, em relação ao Regimento do Conselho de Ilha, não tinha dúvidas da necessidade ou até mesmo da obrigatoriedade

dos deputados da Assembleia Regional estarem presentes nas reuniões deste, podia sim ter dúvidas se teriam ou não direito a voto. Acrescentou que, havia outro problema que lhe parecia recorrente naquele órgão, ou seja, o que acontecia na prática era que os deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, acabavam por monopolizar o debate no Conselho de Ilha, sendo que, pessoalmente, procurava ter uma postura mais passiva, de auscultação das discussões dos temas, mas compreendia que outros deputados não tivessem essa mesma postura, porque as forças vivas não tendo uma postura mais ativa, tornava-se normal que os deputados quisessem dinamizar o Conselho de Ilha. Em relação ao turismo, referiu que sabia que o debate tendia a se gerar em torno de determinados indicadores, que seriam o resultado da ilha ter, ou não, capacidade de identificar os fatores de atratividade e, depois, potenciar esses mesmos fatores. Confessou não saber se havia, pelo menos, consenso sobre quais eram os fatores de atratividade e, muito menos, se se estava a fazer promoção destes, pois se estes fossem bem identificados, haveria interesse em aumentar o número de rotas, um aumento do número de dormidas e, por essa via, um maior aproveitamento económico do setor do turismo na ilha, sendo certo que, não era pelo turismo aumentar que tudo se resolvia. Disse que, não se pensasse que o turismo faria milagres, pois se fosse conduzido de uma forma desbravada, sem ter em atenção uma justa distribuição da riqueza gerada a partir do mesmo, isso não iria acontecer. ----------

O Conselheiro Rodrigo Rodrigues usou da palavra e disse que, havia alguns deputados, nomeadamente os que faziam parte do partido que suportava a maioria consistente, que podiam condicionar alguns membros do Conselho de Ilha, mas nem tinha ido tão longe dizendo que achava que os deputados não deveriam estar presentes, o que tinha dito era que eles ou estariam no voto ou não faziam falta, continuando as discussões naquele órgão a ser animadas sem a presença dos mesmos. Acrescentou que, a questão era se fazia sentido que os Deputados da Assembleia Regional, que no fundo eram as pessoas que aquele órgão pretendia aconselhar, fizessem parte da própria discussão e elaboração de pareceres. Em relação ao turismo, disse que a Terceira tinha sofrido, naquele ano e em contraciclo com as outras ilhas, um decréscimo grande de dormidas no primeiro trimestre, sendo que julgava que o próximo mês ia pelo mesmo caminho, porque resultava do cancelamento da operação

de um voo direto de Espanha para a Terceira. Acrescentou que, aquela operação gerava cerca de quatro mil dormidas efetivas mensais, sendo que, se olhassem para as estatísticas do SREA, viam que era precisamente esse o decréscimo mensal. Acrescentou que, isso tinha que ver com o modelo que se havia criado, ou seja, o modelo de sustentação do turismo a curto prazo, que se baseava em subsidiação de operações aéreas diretas para as ilhas. Referiu que, uma das reivindicações feitas pela Câmara do Comércio, era que houvesse um voo do Canadá que se prolongasse pelo inverno e este já estava anunciado, o voo dos Estados Unidos estava encaminhado para permanecer durante o próximo inverno e havia um concurso público anunciado para que se voltasse a ter uma operação de Espanha, pelo que havia o risco positivo de, no próximo inverno, haver um acréscimo. Acrescentou que, tinham que trabalhar muito mais o produto e o destino da ilha Terceira, para que fosse mais sustentável, mais direcionado para aquilo que entendiam que deveria ser o turismo dos Açores e tinham que saber requalificar as pessoas para o turismo.----------

O Conselheiro Álamo Meneses interveio e disse que, queria apenas lembrar uma coisa que estava em lei e que chamavam criação de uma plataforma logística na Praia da Vitória, que tinha resultado de um debate em que tinha tido a honra de liderar, pelo que, descobertas recentes não tinham sido de certeza. ----------

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que, queria fazer justiça ao Sr. Presidente da Câmara de Angra, por ter sido um dos responsáveis pela elaboração de uma coisa, que se chamava PROTA e que nunca tinha sido implementado na Região, com tudo o que lá estava escrito, sendo que não o via, enquanto presidente da Câmara de Angra, reivindicar a implementação do PROTA, com mais veemência. Ainda, relativamente ao Regime Jurídico dos Conselhos de Ilha, disse achar que a presença de mais ou menos deputados era irrelevante, uma vez que aquele não deveria ser um órgão de lóbis setoriais e porque os representantes da sociedade civil não eram umas coisas impolutas, pois cada um estava a defender a brasa da sua sardinha e todos eram representantes de lóbis setoriais. De seguida, disse que, como agitador e animador de Conselhos de Ilha, se confessava, mas também julgava que os deputados traziam um conhecimento de informação, que prestavam aos conselheiros, que de outra forma não lhes chegava, até porque o Governo que tinha hipótese de se fazer representar nos Conselhos de Ilha, representava-se de uma forma que não era aquela que trazia

informação ao Conselho de Ilha, ou seja, estava presente apenas para ouvir o que se passava. Acrescentou que, talvez fosse mais importante perceber o porquê de os partidos políticos ou os deputados, ao invés de estarem representados por um, estavam todos, ou o porquê de ao estarem todos, não vinham todos e deviam vir, mas isso era o que menos interessava aos terceirenses naquele momento. Sobre o turismo, disse que, propositadamente tinha falado na certificação para uso civil da pista do aeroporto e nas questões da direção da aerogare, porque lhe parecia que, ao contrário daquilo que estava a acontecer em São Miguel, onde um privado vinha a captar fluxos de grande dimensão e onde a economia vinha a crescer, na Terceira não se conseguia ou não se queria, porque de um lado a Força Aérea continuava a não alterar os seus manuais e a borrifar-se para as proclamações políticas de certificação de uso civil de uma instalação que se continuava a chamar de Base Aérea Nº 4 e, por outro lado, tinham uma direção da aerogare civil, que não percebia nada do PROTA e não apresentava um único resultado de trazer qualquer coisa que não fosse subsidiada. Posto isso, questionou se iam emitir algum parecer sobre aqueles assuntos ou se iam continuar a discutir sobre a maneira como deveria funcionar o Conselho de Ilha, se iam falar na questão das acessibilidades, dos voos, na captação de fluxos, etc.. De seguida, questionou o Sr. Presidente da Câmara do Comércio sobre quais eram os operadores turísticos que podiam estar interessados na ilha Terceira e o Sr. Presidente da Associação Agrícola sobre quais eram os constrangimentos e dificuldades que continuava a haver para a expedição das exportações da ilha. ----------

O Conselheiro João Santos interveio e disse que, daquilo que se tinha apercebido em todos os Conselhos de Ilha que tinha participado, falando mais ou menos tempo, mais ou menos vezes, nunca ninguém tinha ficado sem falar pelo tempo que os deputados ocuparam nas discussões. Relativamente ao estarem ali presentes, disse que não só não se revia no que havia sido dito, como achava que eram uma mais-valia para o Conselho de Ilha, desde logo porque quanto mais opiniões, mais visões e mais posições fossem ali colocadas, tanto melhor. Em relação ao voto, informou que tendia a concordar com o Conselheiro Rodrigo Rodrigues, sendo que não concordava com a ideia de que se não pudessem votar, então que não estivessem presentes e até defendia o contrário. Acrescentou que, tinha algumas reservas em relação ao voto em matérias em que os deputados tinham poder de voto em sede própria. Concluiu

dizendo achar que os deputados se deveriam manter no Conselho de Ilha, com o poder de intervenção que tinham, mas com as reservas já referidas em relação ao voto. -------

O Conselheiro José António Azevedo interveio e disse que, em relação à taxa elevada do risco de pobreza na ilha Terceira, o que evidenciavam, no setor agropecuário e também na restauração, era uma grande dificuldade em conseguir alguém que quisesse trabalhar. Disse concordar com a falta de formação, o que fazia com que tivessem de absorver o que aparecia, para além da situação dos programas ocupacionais que, na sua opinião, tinham que deixar de existir, para assim libertar pessoas para as empresas. Relativamente ao turismo, disse que este tinha o seu lugar, era de extrema importância, mas não descorava do setor primordial, isto é, do setor agrícola. No que diz respeito aos transportes marítimos e aéreos, principalmente os marítimos e tendo em conta o escoamento dos produtos, disse que, em termos de calendário de toque nos portos as empresas estavam a portar-se um pouco melhor, mas a situação dos preços continuava exorbitante. ----------

O Conselheiro Paulo Luís usou da palavra e disse que, concordava com todas as palavras que o Conselheiro João Santos havia dito, com exceção da questão do voto, pois queria que os deputados votassem, mas com coerência. Relativamente à participação no Conselho de Ilha, informou que era totalmente a favor e que até poderia haver mais forças vivas ali representadas e mais sociedade civil, mas o que se vinha a aperceber era que aquele órgão era inócuo. Em relação ao turismo, disse que tinham tido um défice de ATA – Associação de Turismo dos Açores, porque não tinham ninguém que representasse a ilha Terceira na mesma, daí ser fundamental a presença, naquele momento, do presidente da Câmara do Comércio na referida associação. No que diz respeito à aerogare das Lajes, disse que, se a certificação da pista para uso civil já estava implementada, a Venci podia pegar nesta e dar uso à mesma.----------

A Conselheira Tânia Lemos interveio e disse que, em relação ao turismo, para si considerava o aeroporto como sendo a casa de boas vindas a qualquer cidade/país, pelo que lhe fazia confusão que no aeroporto da Terceira, em termos publicitários do que era visitável na ilha, não existia. Posto isso, questionou sobre quem fazia aquele controlo, quem é que poderia definir o que publicitar no aeroporto, etc.. De seguida, apontou, como sendo uma crítica, o fato de constar da ementa do restaurante do

aeroporto um prato típico do Brasil, o que para si não fazia sentido, pois se queriam promover os produtos da ilha, fazia mais sentido destacar isso mesmo. ----------

O Deputado Paulo Mendes usou da palavra e disse que, o Deputado Paulo Luís tinha acrescentado uma perspetiva nova, que desconhecia, acerca da presença dos deputados regionais no Conselho de Ilha, isto é, não era seu entendimento que os deputados regionais, no Conselho de Ilha, quisessem utilizar o mesmo para mediatismos. Acrescentou que, tinha ficado impressionado, pela positiva, com a intervenção do Conselheiro José Azevedo, por este ter abordado uma preocupação que, no seu entender, deveria merecer mais atenção por parte dos membros do Conselho de Ilha, mas, simultaneamente tinha ficado desiludido com o contudo da intervenção, porque evidenciava uma análise, no mínimo, simplória do fenómeno da pobreza e da desigualdade social, quer na Região, quer na ilha Terceira. Disse, ainda que o problema da pobreza era histórico e estrutural, quer no país, mas sobretudo na Região e estava mais do que na hora de se começar a analisar o mesmo, de forma mais aprofundada, e arranjar medidas que contrariassem aquele cenário. Em relação à falta de mão-de-obra qualificada no setor do turismo, relembrou que a Escola Profissional da Praia vinha fazendo um trabalho meritório naquela área, pelo que seria interessante verificar até que ponto aquela mão-de-obra, saída da referida escola e não só, estava a ser integrada e valorizada na Região. No que diz respeito à solução apontada para a aerogare, isto é, de ser entregue à Venci, disse que não era por haver uma gestão privada que as coisas se resolviam, sendo certo que tinham que ser exigentes com aquela que era uma gestão pública e que, porventura, não era, nem suficientemente competente, nem qualificada para conseguir atrair os fluxos turísticos que, por exemplo, outros aeroportos conseguiam. Relembrou que, provavelmente a principal razão para não se atrair rotas para a Terceira, passava pelo estatuto do aeroporto da mesma e a forma como a parte militar vinha a gerir as coisas. Acrescentou que, o facto do aeroporto da Terceira ser o epicentro de um Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, tornava-o sempre num aeroporto com enormes constrangimentos quanto à sua operação, apesar da certificação civil ter vindo atenuar aquele problema, não o resolvia de forma determinante, nem o resolveria para o futuro. ----------

O Conselheiro Rodrigo Rodrigues interveio e disse que, sobre o turismo/aeroporto, a questão não era só ser privado por ser privado, mas sim, primeiro, ser profissional a sua gestão, isto é, com profissionalismo. Em relação à questão das rotas novas, referiu que era preciso alguma atenção, pois mesmo com privados, com muita experiência na sua captação, era de grande dificuldade. No que diz respeito à formação profissional e concordando com o Conselheiro Paulo Mendes, disse que a escola da Praia e outras, vinham a trabalhar bem, mas depois acontecida um pouco das duas coisas, isto é, por um lado não era suficiente em termos de número e, por outro, tinham alunos tão bons que eram aliciados a ir para fora, pelo que se deveria repensar o mecanismo em vigor. Acrescentou que, na sua anterior intervenção estava-se a referir, mais concretamente, à qualificação de ativos, que era mais urgente, sendo que a outra parte que tinha referido era a requalificação de pessoas, quer do desemprego, quer dos programas ocupacionais. Disse que, havia alguns contrassensos, ou seja, por um lado havia o investimento em escolas profissionais, que até trabalhavam bem, e, por outro, na escola pública normal fazia-se concorrência com cursos técnico profissionais, de qualidade duvidosa, o que não fazia sentido em ilhas como a Terceira onde existiam escolas profissionais. Referiu que, cabia a eles comunicar essas situações, sendo que a comunicação só não existia e não tinha reflexo se não quisessem, mas tinham que ter uma linha de comunicação que fizesse sentido. ----------

O Conselheiro José António Azevedo iniciou a sua intervenção pedindo desculpas ao Deputado Paulo Mendes, se a forma como se havia pronunciado, sobre as pessoas afetas aos programas ocupacionais, tinha ferido a sua sensibilidade, mas achava que a maior parte dos presentes tinha percebido a mensagem que queria passar, ou seja, que as pessoas tinham que se integrar numa atividade que gerasse riqueza e que fosse valorizado e não apenas ocupar para ter um rendimento que garantisse a sua subsistência. ----------

O Conselheiro Paulo Barcelos usou da palavra e disse que, muitos eram os temas ali discutidos, mas não se recordava de se ter abordado o tema da saúde, nomeadamente a qualidade de vida dos terceirenses e partilhou o caso de uma funcionária sua que ia, na qualidade de acompanhante, cinco semanas para São Miguel, fazer radioterapia, uma situação em que a pessoa era submetida a uma sessão rápida de tratamento e, depois, passava o resto do dia sem fazer nada. Confessou que, após isso e após ter

sucedido, uma semana depois, outro caso idêntico, tinha começado a pensar nas outras ilhas, na questão das acessibilidades, isto é, a mobilidade de pessoas inter-ilhas. Acrescentou que, a ilha Terceira tinha potencialidade para se desenvolver, "à custa" das ilhas mais pequenas e não só, se tivessem um sistema de transporte inter-ilhas funcional e barato, pelo que, se havia lembrado de algumas lutas que já tinham travado, como era o caso de haver um hospital novo, com capacidades, mas os equipamentos terem sido instalados em São Miguel, etc.. Referiu que, na Terceira havia todo um potencial para a mesma crescer à conta do setor da saúde, que era um setor que tocava mais as pessoas, era uma questão mais pessoal, mas era uma questão local, de conforto, onde os terceirenses podiam dispor dos respetivos serviços, bem como os residentes das ilhas à volta da mesma.----------

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que, a sua preocupação era para que as discussões e reuniões do Conselho de Ilha, não fossem estéreis, ou seja, tinham que pensar se iam emitir pareceres/deliberações ou se iam ser consequentes com alguma coisa, pois ainda continuavam a discutir e não se estavam a encaminhar para a emissão de nenhum tipo de comunicação/parecer/posição daquele Conselho de Ilha, por isso, achava que se deveriam começar a focar em perceber para onde aquela reunião ia ser direcionada. De seguida, relembrou a questão da aerogare civil e da sua inação, dizendo julgar que poderia ser uma preocupação daquele Conselho e confessou que também concordava com a concessão de exploração desta, por eficácia, pois estavam a ver o tinha acontecido em São Miguel e qual era a diferença. Posto isso, relembrou que também já tinha defendido a concessão da exploração do Porto da Praia a privados, pelos mesmos motivos, sendo que o Governo Regional concordava e apoiava, mas estava a demorar. Disse achar que, a força aérea não era um estado dentro do Estado, pois esta era tutelada politicamente e, em relação a isso, relembrou a cerimónia que tinha decorrido no Palácio dos Capitães Generais, com a presença de dois ministros e do Governo Regional, que tinham garantido que o processo de certificação da pista para uso civil ia resolver todos os problemas, pelo que não aceitava que, politicamente na Terceira não se começasse a exigir, dos referidos responsáveis políticos, que cumprissem o prometido e que os Srs. da Força Aérea começassem a mudar os manuais, para depois se poder exigir uma direção de aerogare com critérios de competência. Posto isso, questionou se ia emitir uma

recomendação sobre o funcionamento da direção da aerogare ou das opções de captação de fluxo na aerogare; se iam emitir uma recomendação acerca da ineficácia de todo o procedimento de certificação da pista para uso civil; se iam emitir alguma deliberação acerca da preocupação com o modelo de transportes marítimos de mercadorias e captação de fluxos turísticos; se iam ser consequentes com aquilo que tinham estado a discutir. Concluiu dizendo que, tinha achado extremamente pertinente a intervenção do Conselheiro Paulo Barcelos, relativamente às potencialidades da Terceira, quer nos cuidados de saúde para quem deles precisava, quer na prestação de serviços de saúde, que também podiam ser uma mais-valia económica, mas na Terceira não podiam admitir ou continuar a admitir que, de cada vez que se levantava a voz com uma preocupação de ilha, fossem acusados de bairrismo, porque queriam defender a ilha. ----------

O Conselheiro Pedro Pinto usou da palavra e disse que, relativamente ao repto do Deputado Luís Rendeiro, sobre a emissão de algum comunicado, tinham uma conclusão fantástica, isto é, o debate da última hora, onde todos os intervenientes tinham censurado, da pior maneira possível, a governação nos Açores, nos últimos vinte anos, isto é, o modelo de gestão dos Açores e relembrou alguns exemplos ali apontados, como era o caso do novo hospital; a Sata que só tinha prejuízo; a formação profissional e a concorrência de escolas públicas; os programas ocupacionais e subsídios de desemprego, que demonstravam isso mesmo. ----------

O Conselheiro César Toste interveio e disse que, gostaria de falar na visibilidade que o Conselho de Ilha tinha, perante o exterior e perante o Governo. Informou que, na sua opinião o Governo não valorizava o Conselho de Ilha e este não chegava à população, pelo que achava que o Conselho de Ilha devia garantir, por exemplo, através dos meios de comunicação social, como a Vitec, os jornais e a RTP, com a sua presença, fizessem com que o mesmo se projetasse. Acrescentou que, perante todos aqueles temas, era importante que o Conselho de Ilha convidasse o Governo para vir a uma das suas sessões, ou seja, a Mesa reunia um conjunto de questões que seriam respondidas na próxima sessão do Conselho de Ilha, pois falavam e chegam a boas conclusões, mas o Governo Regional não tinha atenção nisso. Concluiu dizendo que, a Terceira se arrastava no tempo, nas promessas e nas coisas para serem resolvidas, mas mais do que falar em bairrismo era importante falar na questão de coesão dos Açores. ----------

O Conselheiro Paulo Barcelos usou da palavra e disse que, o Conselho de Ilha era, entre outras funções, um órgão de pressão, ou seja, de pressionar, a quem de direito, a tomada de ação daquilo que era decidido ou discutido nas suas sessões e, tentar, que com aquela pressão se conseguisse algo mais. Acrescentou que, achava que se conseguia ter mais visibilidade através da pressão e enquanto fizessem notas internas e remeterem a quem de direito, faziam alguma pressão que não seria nunca muita, porque havia muito pouca atenção por parte do Governo Regional. Referiu que, se consegui pressionar mais com a visibilidade da comunicação social, pelo que propunha a presença de jornalismo escrito e não que as sessões tivessem gravações áudio, pois não sabiam que tipo de aproveitamento poderiam ter. ----------

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, chamou a atenção para o fato de, no último Conselho de Ilha, terem criado um grupo de trabalho que tinha como função estudar as taxas dos transportes marítimos e dos transportes aéreos, pelo que era da opinião que, só depois de este apresentar um relatório e emitir um parecer, é que poderiam fazer algo com o referido trabalho, ou seja, não fazia sentido estarem a emitir um parecer sem a conclusão do trabalho em causa. Relativamente ao convite ao Governo, de este assistir ao Conselho de Ilha, disse achar que este não viria, até porque faz parte do Conselho de Ilha, um representante. Acrescentou que, naquele momento estavam sem quórum, pelo que não podiam decidir nada. Informou que, a Mesa do Conselho de Ilha, com o apoio de alguém da área da comunicação social, fazia um comunicado que era enviado para a mesma, sendo que, por vezes, a própria comunicação social telefonava para esclarecer algumas coisas, ou seja, tentavam que as pessoas tivessem um maior conhecimento possível daquilo que se passava.----------

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que, uma vez que estavam sem quórum e não podiam decidir nada, sugeria que se encerrasse, imediatamente, o Conselho de Ilha, pois não estavam ali a fazer nada, ou seja, tinham passado a tarde a fazer nada, o que tinha sido o pior serviço que podiam ter prestado à ilha e a tudo o que tinham estado a fazer naquele dia. Lamentou que, as pessoas que tinham confirmado presença não tivessem estado presentes e que alguns dos que estavam presentes, certamente por motivos de força maior, tivessem tido que se ausentar. Disse discordar da leitura que o Sr. Presidente da Mesa tinha feito, quanto à importância do Governo, porque o Regime Jurídico dos Conselhos de Ilha assegurava

que o Governo estava representado nos mesmos, sendo que era o Governo que decidia como se queria fazer representar e, no caso da ilha Terceira, o Governo é que tinha entendido ser representado por um funcionário, porque podia muito bem ter entendido ser representado por um membro, sobretudo numa ilha onde existiam vários. Referiu que, não via razão nenhuma para numa ilha, que era a segunda maior realidade demográfica, social e económica dos Açores, não haver um membro do Governo sentado no Conselho de Ilha, a prestar todos os esclarecimentos e a ouvir, em primeira mão, todas as informações que entendessem pertinentes ou então que se chamasse o Governo, todas as vezes que se entendesse necessário, até mesmo em todas as reuniões. Acrescentou que, podiam ter, mais ou menos, capacidade, pertinência, competência nos assuntos que eram abordados, mas se não houvesse transmissão para o exterior, não estavam ali a fazer nada. Concluiu dizendo que discordava do Conselheiro Paulo Barcelos, ou seja, achava que quantos mais jornalistas, mais meios de recolha de imagem e de som, indireto se possível, melhor, porque não se sentia minimamente condicionado nas suas opiniões, nem naquilo que ali debatia e se existiam conselheiros da sociedade civil que se sentiam condicionados nas opiniões que transmitiam, ao ponto de não poderem ser filmados, nem gravados, isso dizia tudo aquilo que não devia ser dito acerca de alguma pressão que ali, em primeira mão, tinha sido denunciada pelo Sr. Presidente da Câmara do Comércio, que pudesse existir perante algumas opiniões no Conselho de Ilha e isso tinha matado o Conselho de Ilha da ilha Terceira, ou seja, não estavam ali a fazer mais nada.----------

O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, esclareceu que não tinha aprovada coisa alguma e que apenas tinha dito que fazia parte do Conselho de Ilha um funcionário que o Governo tinha nomeado, até porque não fazia parte das competências daquele órgão escolher quem quer que fosse do Governo. Em relação a convidar o Governo para assistir às sessões do Conselho de Ilha, disse que vissem no Regimento se havia poderes para tal, mas na sua interpretação, o Governo ia argumentar com a presença de um representante nas mesmas.----------

O Conselheiro Pedro Pinto usou da palavra e disse que, também discordava da visão do Sr. Presidente da Mesa, porque tinha percebido que este enfatizava muito o funcionário do Governo e, efetivamente, o Regimento falava num representante do

mesmo. Acrescentou que, sendo o Governo um órgão, não se esperava que o seu representante fosse um funcionário.----------

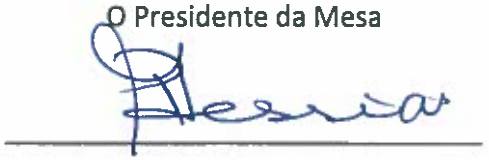
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, interrompeu e disse que não concordava, nem descordava com aquela nomeação, apenas estava a constatar um facto, até porque não lhe competia, nem a nenhum dos presentes, dizer que queria ou não queria determinada pessoa. ----------

O Conselheiro Pedro Pinto interveio e disse que, se permitia discordar de ver um funcionário do Governo a representar o mesmo, até porque este nem tinha poderes de representação. De seguida, referiu que a direção da aerogare não estava a trabalhar mal, poderia até ter algumas competências que estava a falhar, mas nem tudo era mau. Informou, ainda, que não se sentia constrangido pela presença da comunicação social, antes pelo contrário, ou seja, queria comunicação social em direto, porque o que o apavorava era ter ali algum jornalista que depois ia fazer notícia, pois apesar de ser representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, era público que era representante de um partido político e invariavelmente procurava as suas intervenções, nas últimas dez linhas da última coluna, já nem lia o título. Acrescentou que, tanto ali como na Assembleia Municipal da Praia da Vitória era dos que mais intervinha e sendo a sua performance resumida em duas linhas de uma notícia de meia página ou página inteira, queria era a comunicação social em direto, para comunicar diretamente com quem o elegia, pois não queria que as suas intervenções fossem censuradas por pessoas que podiam representar interesses não declarados, porque se falava na liberdade da comunicação social, etc., mas eles representavam interesses não declarados e ficavam ofendidos quando se dizia tal coisa. Concluiu dizendo que, era por isso que a comunicação social andava a fazer fóruns a dizer que estava muito mal, que as pessoas não consumiam os jornais, as rádios, isto é, estavam mal de finanças porque o negócio estava mau, mas tinham sido eles que se tinham metido no buraco com atitudes que tinham tido ao longo dos anos, pois, felizmente, as pessoas não eram parvas e procuravam outras fontes de informação, como era o caso da multimédia, a internet, etc., que os tinha ultrapassado.----------

E nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias,** agradeceu, a todos, a colaboração. De seguida deu por encerrada a reunião, pelas doze

horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira. ----------

O Presidente da Mesa



Paulo Manuel Ávila Messias